

TERRITÓRIOS DA INSEGURANÇA: O SUICÍDIO DECORRENTE DA INGESTÃO DE AGROTÓXICOS EM ÁREAS RURAIS EM RIBEIRÃO BRANCO/SP

Robson de Jesus Ribeiro

Especialista em Sustentabilidade, Mestrando em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe – UNESP

robsonjrib@gmail.com

INTRODUÇÃO

Na última década o Brasil assumiu a liderança global como maior consumidor de agrotóxicos, mesmo não sendo o principal produtor mundial de produtos agrícolas. Isso remonta a meados da década de 1960, quando a modernização na agricultura ganha destaque na agenda dos empresários e governantes através da lógica da expansão.

Esse período marca o início do processo de declínio do cultivo agrícola tradicional, à medida que aumenta gradativamente o uso da mecanização no meio rural. Faz parte desse processo ainda o ideário do aumento da produção agrícola por meio do melhoramento genético de sementes, uso intensivo de insumos industriais, introdução de agrotóxicos no campo, mecanização em massa, tudo isso na busca pela redução dos custos operacionais (SILVA, 2005).

Abramovay (2007) destaca que não há nenhum obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo no campo e que a agricultura se entregou aos ditames do capital e que o custo social dessa entrega são as exclusões nela embutida. O autor também destaca que no caso Latino Americano, alguns traços comuns da expansão do capitalismo no campo foram à concentração de renda e, sobretudo a persistência da miséria absoluta.

Estes fatores são responsáveis pelo início do processo de desagregação da cultura camponesa e a transformação do modelo de agricultura do país, que passa a intensificar a grande exploração latifundiária. Assim, os pequenos camponeses que não conseguiram acompanhar as novas técnicas de plantio, inseridas pela modernização no campo, não puderam permanecer nesse novo mercado, uma vez que não conseguiram alcançar o padrão de produtividade dos grandes fazendeiros e investidores que passaram a atuar no ramo do agronegócio.

Milton Santos (2000) ressalta que é a partir dessa modernização da agricultura que as relações de produção vão se territorializando no campo, resultando em uma enorme concentração fundiária e de renda.

A modernização no campo favoreceu ao processo de endividamento dos produtores em razão das solicitações de empréstimos aos bancos nacionais para a mecanização, restando como alternativa de pagamento a venda da propriedade que, na maioria dos casos, é o único meio de subsistência, principalmente para as famílias camponesas.

Observa-se que o processo de modernização nessa etapa rouba a identidade do campesinato, colocando-o enquanto mero assalariado da agricultura industrial. Todo esse processo conservador de modernização tem o aval do Estado e é mediado por interesses de organismos internacionais.

Outra questão importante a ser considerada, conforme destacado por Paul E. Little (2002) são os vínculos sociais, simbólicos, rituais e culturais que podem ser encontrados nos territórios e na forma de vida que é cultivada. Esses elementos encontrados mantêm os grupos com seus respectivos ambientes biofísicos. Nesse sentido, tirar dos camponeses a sua moradia, o direito à terra, é tirar também de certa forma sua memória, sua identidade e sua vida.

O pesquisador Bernardo Mançano Fernandes (2013) em sua tese de Livre Docência pontua algumas visões sobre o desenvolvimento da agricultura predominantes atualmente, sendo elas:

O primeiro entende que o campesinato seria destruído pela diferenciação produzida pela integração ao mercado capitalista ou pela modernização do latifúndio que levaria as relações não capitalistas à extinção. O segundo grupo compreende que a destruição das relações culturais e comunitárias - provocada pelo individualismo gerado pela economia de mercado - levaria a proletarianização. O terceiro acredita que o campesinato é criado e recriado pelo capitalismo (FERNANDES, 2019 p. 67).

Diante disso, a última tese parece ser mais pertinente no caso desse estudo, pois veremos mais adiante que o campesinato se reconfigurou aos moldes da produção capitalista no município de Ribeirão Branco e continua existindo, praticamente na mesma proporção que as produções capitalistas.

Nesse sentido, estes aspectos desvelam as contradições da proposta inicial do pacote da modernização agrícola. Em vigência dessas propostas apresentadas pelo pacote tecnológico da Revolução Verde foi que, no Brasil, na década de 1960, os agrotóxicos passaram a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores do campo, expondo familiares e comunidades inteiras a intoxicação, interferindo em seu ciclo de vida por meio das mais variadas formas de contaminação.

O desenvolvimento capitalista no meio rural vem sendo acompanhado pelo desenvolvimento da ciência, a qual é apropriada por ele, com o intento de aumentar e expandir a capacidade da produção e de acumulação. Assim, como já afirmado, no âmbito da agricultura, destaca-se o que se convencionou chamar de Revolução Verde, a partir da qual, houve por um lado a produção a partir de novas tecnologias, mas por outro, a exclusão e marginalização de trabalhadores rurais, que não conseguiram mais continuar vivendo da agricultura familiar ou como assalariados rurais como adverte, por exemplo, a pesquisadora Elisabete Maniglia:

No Brasil, onde muitos foram despejados de suas terras, por um modelo perverso capitalista, ou expulsos pelo sistema escravocrata, monocultural, politicamente defensor do latifúndio, ou por razões de ordens de modelos firmados pelo mercado exportador, o da Revolução Verde, que até hoje perdura, forma sem dúvida, uma população sem acesso aos direitos humanos básicos, firmados em tratados ou convenções. Sem esses direitos, não há como falar em democracia, em Estado de Direito, em paz social (MANIGLIA, 2007, p.17).

A dependência da economia brasileira com os países de capitalismo avançado está presente também na chamada Revolução Verde, por meio da qual a agricultura se torna cada vez mais, centralizada e vinculada aos grandes capitalistas, portanto, esse processo é considerado altamente conservador (PEQUENO MARINHO, 2010).

Vale ressaltar a noção de ecologia social camponesa que sugere que as unidades camponesas de produção sejam mais eficientes, quando comparadas a empresas agrícolas e avaliadas em sua interação com os recursos naturais. Segundo Almeida (2007) essa mesma linha de pensamento que contrapõe os teóricos defensores da Revolução Verde ressalta que as tecnologias tradicionais são reavaliadas positivamente quando comparadas as tecnologias da Revolução Verde.

Lowy (2009) ressalta que o grande valor dos avanços científicos na era moderna são incontestáveis, porém baseado na ideia do eco socialismo afirma que é a partir da transformação do sistema em seu conjunto que se pode de fato atender os interesses democráticos na população.

Diversas instituições de pesquisa têm mapeado os impactos decorrentes do uso de agrotóxicos na população camponesa e mostram que a aplicação de produtos químicos voltados à “otimização” da produção agrícola é responsável por inúmeros agravos à saúde dos trabalhadores rurais. Entre os efeitos deletérios pode-se especificar o adoecimento mental, a má formação congênita, quadros cancerígenos e o acometimento de suicídios.

METODOLOGIA

Esse artigo tem como objetivo sintetizar alguns achados no decorrer da pesquisa em Andamento no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe – TerritoriAL do Instituto de Políticas Públicas da Unesp.

Dispõe-se nesse texto uma ampla pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão “o suicídio decorrente do uso de agrotóxicos” e fontes documentais disponibilizadas pelo município. Há também uma experiência empírica do autor, como já ressaltado a partir de pesquisa anterior que resultou em um livro sobre a temática.

Cabe ressaltar que esse texto tem como objetivo sintetizar as reflexões existentes sobre a temática agrotóxicos e estabelecer diálogo com a geografia, visando melhorias nas

condições de vida e trabalho. Portanto, não é discutir a fundo a temática e sim pontuar questões importantes para uma melhor reflexão da questão do uso de agrotóxicos.

DESENVOLVIMENTO

Ribeirão Branco localiza-se no sudoeste do estado de São Paulo. Segundo o censo do IBGE de 2010, possui uma população estimada de 19.000 habitantes e uma área de 697,5 Km². Faz fronteira com os municípios de Itapeva, Nova Campina, Apiaí e Guapiara. Esses municípios têm como principal atividade econômica a agricultura, sendo as lavouras de tomate a principal atividade tanto de trabalho quanto de renda no município. É importante destacar que essa região se encontra próxima do maior contínuo de mata atlântica paulista.

Em relação aos indicadores socioeconômicos, Ribeirão Branco é considerado o município do estado de São Paulo com menor desenvolvimento, onde a maioria da população vive em situação de extrema pobreza e depende de programas de transferência de renda para sobrevivência. Esse município se apresenta à primeira vista como um município camponês, onde a maioria dos estabelecimentos são pequenas unidades de produção, cultivados pela força de trabalho majoritariamente familiar.

A partir do processo de modernização conservadora, grandes fazendeiros que cultivam tomate passaram a produzir na região e transformar camponeses em trabalhadores assalariados. Nesse sentido, tanto o cultivo familiar, quanto o industrial são realizados no município, sendo o mecanizado e com mais recursos o dominante em relação aos lucros e tecnologias de produção.

Diante desse cenário, é possível observar a intensificação do consumo de agrotóxicos no município, principalmente nas lavouras de grande escala. Isso tem afetado diretamente transformações da natureza e prejuízos para a saúde humana.

O uso dos agrotóxicos tem gerado inúmeros agravos, tanto à saúde quanto ao ambiente. Há estimativas feitas por agências internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1990), que ressaltam que o uso desprotegido e o contato com esses produtos podem levar o indivíduo à morte, ou acarretar inúmeros problemas de saúde determinados pelo contato direto ou indireto. De acordo com os estudos realizados pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva- ABRASCO:

Mesmo que alguns dos ingredientes ativos dos agrotóxicos, por seus efeitos agudos, possam ser classificados como medianamente ou pouco tóxicos, não se pode perder de vista os efeitos crônicos que podem ocorrer meses, anos ou até décadas após a exposição manifestando-se em várias doenças como cânceres, má formação congênita, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais (ABRASCO, 2012, p. 23).

A ampla utilização de agrotóxicos na agricultura, o fato de muitos agricultores desconhecerem os riscos envolvidos no manuseio desses produtos, os sucessivos desrespeitos às normas básicas de segurança, a livre comercialização desses produtos em diversos locais e a intensa busca por maior produtividade são fatores preponderantes para o aumento dos casos de intoxicação e de inúmeras patologias desencadeadas pelo manuseio de produtos químicos sem a devida proteção.

Sabe-se que os agrotóxicos têm efeito bastante diversificado nas populações que estão expostas a eles, tanto diretamente como indiretamente, como é o caso dos consumidores que, em geral podem se contaminar por meio dos alimentos. Com isso os agravos à saúde ocasionados por esse tipo de produto devem ser entendidos como um desafio à saúde pública.

Entretanto os trabalhadores rurais estão sujeitos a uma exposição mais frequente, devido a dependência do trabalho que é inevitável para sua subsistência. É importante discutir meios de produção que de fato efetivem a distribuição de riquezas socialmente produzida e que, acima de tudo preserve a saúde do trabalhador.

Diante disso, nota-se que o modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil é responsável por essas transformações no meio rural e no modo de vida daqueles que vivem da agricultura, impondo mudanças no modo de vida que ensejam adoecimentos e morte no campo devido ao uso dos agrotóxicos.

Fernandes (2008) destaca que o agronegócio tem em seu processo de construção um caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção da riqueza e de novas tecnologias.

O autor também afirma que a apologia do agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando inviabilizar sua conflitualidade (FERNANDES, 2008).

Nas últimas décadas, o meio rural brasileiro tem passado por diversas transformações, muitas são decorrentes do processo de modernização agrícola, modernização essa que se deu por causa de uma política destinada principalmente para o desenvolvimento de monoculturas destinadas à exportação. Os trabalhadores rurais são os que mais sofrem com esse modelo de produção existente e tem sua saúde exposta a diversos riscos preexistentes no ambiente de trabalho, baseado nesse Sociometabolismo do Capital¹.

Observa-se que as questões referentes à saúde e segurança no trabalho rural são deixadas de lado em função aos interesses do mercado que, por sua vez, encontra apoio

¹ O "sistema de sociometabolismo do capital" é o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital (MÉSZAROS, 2002).

nos diversos setores do Estado Brasileiro² que lhes auxiliam na manutenção de sua economia. Isso confere uma situação potencial de risco, típico da sociedade moderna, onde o lucro sobrepõe o direito a saúde dos seres humanos e meio ambiente. O uso de agrotóxicos devido à expansão das fronteiras do agronegócio, além de intoxicar a população, está contaminando os alimentos, os solos, rios e o mar.

Sobre o acometimento de suicídios, ou com o termo utilizado por López (2013) “morte pelas próprias mãos”, se referindo ao povo Mapuche Pewenche do Alto Bío Bío, no Chile, é importante destacar algumas similaridades com este estudo; o fato de não existir dados oficiais e epidemiológicos sobre as mortes, uma vez que nos dois casos a morte é diagnosticada como um fator externo, como um problema mental por exemplo.

López (2013) ressalta a delicadeza do tema e destaca a necessidade de olhares distintos, tanto epidemiológicos, quanto antropológicos, pois na maioria das vezes essas mortes são atreladas a fatores externos, como afecções mentais, sem outra sustentação mais abrangente.

Em Ribeirão Branco, após a transformação da territorialidade camponesa, devido à chegada da modernização, muitas pessoas perderam suas terras, se tornaram empregados rurais e, conseqüentemente, desenvolveram desordens de origens mentais/psicológicas devido esse processo.

Segundo Ribeiro (2016), para pensar o suicídio devem ser consideradas as questões de origens familiares após o desenvolvimento forçado das regiões rurais, questões como prostituição, uso de drogas, tráfico, também desenvolveram, e o próprio processo de favelização rural.

Todas essas questões dão conta de explicar os casos de morte pelas próprias mãos ocorridas nos últimos anos. Portanto, esse tema não se esgota apenas com esses levantamentos, principalmente devido o estágio inicial da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar que as transformações ocorridas no espaço agrário a partir do processo de modernização da agricultura no Brasil estiveram vinculadas a princípios de liberalização da economia e desenvolvimento do mercado, sem mensurar as conseqüências negativas oriundas desse processo.

A expansão do uso de inseticidas que foi vinculada ao crédito rural subsidiado, tendo a liberação do crédito condicionada à utilização dos agrotóxicos, esse é responsável pelo adoecimento e morte de populações e ecossistemas.

² Bancada Ruralista

Todo esse processo acarretou em mudanças significativas na representação da observação da paisagem na região do Vale do Ribeira. O conceito de paisagem aqui é compreendido a partir da visão de Khatounian Apud Saquet (2001) sendo ela um produto fruto de um imbricamento dinâmico, maleável entre os componentes formadores da paisagem, elementos físicos, naturais e sociais. [...] Essa dinâmica torna a paisagem um conjunto singular, inseparável e em constante mutação.

Lopes (2012) se refere à paisagem como a porção que é captada pelo olhar, para o autor essa captação não se faz passivamente, as pessoas organizam e tecem com o passar dos anos, o modo que a paisagem é apreendida, e essa é construída a partir das significâncias dadas a ela.

Diante disso, é possível retomarmos a ideia do início desse trabalho de que o a intensificação do uso de agrotóxicos a partir da Revolução Verde no Brasil, acarretou em transformações da natureza, gerou inúmeros passivos ambientais e de saúde pública.

A partir dessas questões, a perspectiva de paisagem dos trabalhadores diretamente envolvidos nas lavouras, certamente é a de que a paisagem da região agrícola do Vale do Ribeira, em especial Ribeirão Branco á a representação da dor, do sofrimento e da insegurança do que está por vir, é também paisagem mediada pela ideia de perda da identidade camponesa.

O mesmo agronegócio que desapropriou as famílias camponesas, que se fundamenta na produção e reprodução da acumulação capitalista é o que mantém famílias reféns para a sua expansão e apropriação da paisagem. Diante desse cenário de caos e de dor, a grande dúvida é de como será o futuro no complexo meio rural.

Diante dessas inúmeras contradições, Almeida (2007) ressalta a necessidade de reconstrução dos movimentos e lutas pela terra, contra represas, contra estradas, contra madeireiras, por acesso ao poder local, a educação, a saúde e a créditos. A sociedade civil precisa se organizar, pois é somente de forma coletiva que conseguiremos conquistar dias não tão difíceis.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALMEIDA, M. W. B de. Narrativas Agrárias e a Morte do Campesinato. **Rev. RURIS**, v. 1; n. 2; Set. 2007.

BRASIL. OPAS/OMS. **Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. 1996. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro2.pdf> Acesso em: 03 dez. 2013.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (org.). **DOSSIÊ ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. São Paulo: Expressão Popular. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (org.). Editora da Unicamp, 2008

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente: 2013. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

LOPES, J. G. **Paisagem e Território**. Rev. Geografia Ensino e Pesquisa v.16 n. 2, 2012.

LÖWY, Michael. **Eco-socialismo e planificação democrática**. In: Crítica Marxista, n. 29, 2009.

PAUL, E. Little. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. Brasília: 2002.

SOLAR LÓPEZ, TANIA LARISA. **Morte pela própria mão: Estudo etnográfico de narrativas dos Mapuche Pewenche do Alto Bío Bío, no Chile, sobre suicídios acontecidos nas comunidades**. (Dissertação de Mestrado); UFSC. - Florianópolis, SC, 2013.

MANIGLIA, ELISABETE. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MÉSZAROS, ISTVÁN. **Para além do capital**. São Paulo. Boitempo editorial, 2002.

PEQUENO MARINHO, A. M. C. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe-CE: o espelho do (des) envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente**. 2010. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo. 2010.

PAULINO, E. T. (Org.) **Campesinato e Territórios em Disputa**. Expressão Popular. São Paulo, 2018.

RIBEIRO, R. J. **Os amargos frutos do trabalho brutal: agrotóxicos e saúde do trabalhador**. Planeta Azul; Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, J. M. NOVATO, E. FARIA H. P. PINHEIRO, T. M. M. P. **Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural**. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, 10 (4): 891-203-2005.